



Trabalhos Científicos

Título: O Papel Das “Fake News” No Movimento Antivacina: Revisão Bibliográfica

Autores: CAMILLA SILVA ARAÚJO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), LARA GONZAGA OLIVEIRA (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), STEPHÂNIA DE OLIVEIRA LAUDARES MOREIRA (HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE GOIÂNIA), CARLA LIZ BARBOSA SILVA (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), LARISSA DE CASTRO MONTEIRO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), ISADORA DE BESSA GUIMARÃES (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), MARIA VITÓRIA DA SILVA PAULA CIRILO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), GLAUCIA BORGES DANTAS (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), ANA CLÁUDIA DA SILVA PINTO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), VITÓRIA GONÇALVES CORREIA DA CUNHA (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), ISABELLY RIBEIRO BARBOSA (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS), AMANDA VIEIRA CARRIJO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS)

Resumo: INTRODUÇÃO: A hesitação vacinal é definida como o atraso em aceitar ou a recusa das vacinas recomendadas, apesar de sua disponibilidade nos serviços de saúde. Epidemias de sarampo, coqueluche e varicela já foram associadas a essas atitudes que colocam em risco não só a saúde individual do não vacinado, mas de todos à sua volta. OBJETIVO: Analisar a relação das “fake news” com os movimentos antivacinas no Brasil. MÉTODOS: Trata-se de uma revisão de literatura na base de dados LILACS, SciELO e PubMed utilizando os descritores “antivacina” e “hesitação vacinal”. Foram selecionados 10 artigos publicados entre 2015 e 2019 que abordavam o assunto no Brasil. RESULTADOS: No Brasil, a vacinação é obrigatória e regulada por legislação federal (Decreto 78.231, de 12 de agosto de 1976). Apesar disso, desde 2016, a área de cobertura vacinal para o calendário infantil tem declinado por diversos fatores, entre eles, o fortalecimento do fenômeno da hesitação vacinal. Os movimentos antivacinação aproveitam da grande penetração e da facilidade de acesso às mídias sociais para distorcer e divulgar informações falsas (“fake news”) sobre segurança, efetividade, eficácia e riscos das vacinas com base em fundamentação filosófica, política e religiosa. Tais relatos, por exemplo, relacionam a vacina tríplice viral com o surgimento de autismo, a vacina contra rubéola com casos de microcefalia em bebês de mulheres brasileiras e a vacina contra o vírus papiloma humano (HPV) com paralisia temporária após a imunização. CONCLUSÃO: Desinformação, disseminação de informações erradas, mitos, ideologias religiosas e/ou filosóficas, ausência de memória da gravidade de epidemias anteriores são algumas das causas do fortalecimento do movimento antivacina. Sendo assim, é necessário combater a circulação das fake news, bem como, tornar a mídia social uma aliada na divulgação de informações sobre a saúde com conteúdos elaborados por profissionais comprometidos com fontes seguras de informação.